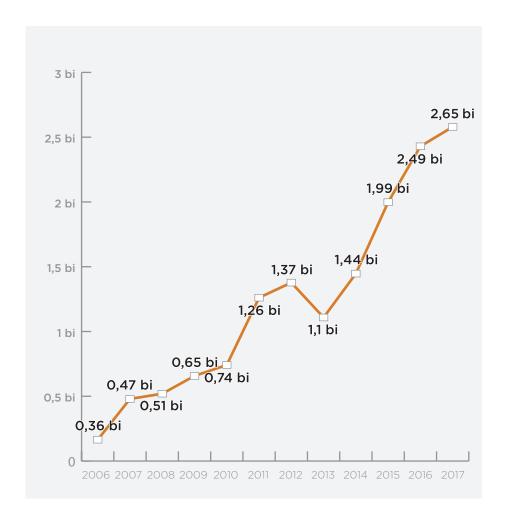
CONTENCIOSO: essa dívida é da CAIXA E A FUNCEF TEM QUE COBRAR!

Fevereiro de 2018





QUANTO JÁ FOI PAGO PELO CONTENCIOSO?



Valor provisionado cresceu 84% desde 2014

O provisionamento para o passivo judicial dos planos da Funcef cresceu 6,4% somente em 2017. O valor atualmente provisionado é 84% maior que o R\$ 1,4 bilhão registrado em 2014.

Despesas com o jurídico também crescem

A Funcef vem afirmando que ampliou a eficiência do departamento jurídico, o que teria gerado economia de R\$ 15 milhões por ano. No entanto, os gastos atribuídos à rubrica "consultoria jurídica", disponíveis no site da Fundação, mostram alta de 22,6% entre 2013 e 2016. No período, essas despesas subiram de R\$11,5 milhões para R\$ 14,1 milhões.

Afinal, quanto já se gastou com o Contencioso, Funcef?

POR QUE A FUNCEF NÃO COBRA DA CAIXA?

Outra pergunta recorrente é se devemos entrar na Justiça para que a Caixa pague o contencioso. O que poucos sabem é que a proposta de uma ação judicial já foi submetida à Funcef, mas a Fundação engavetou. Em outubro de 2015, o conselheiro deliberativo Antonio Fermino apresentou voto pedindo que a Funcef entrasse com ação de regresso para que a Caixa recompusesse perdas do contencioso. O voto, no entanto, foi retirado de pauta sob alegação de que uma empresa seria contratada para avaliar o passivo trabalhista. Desde então, nada foi feito, e agora, no final da gestão, a diretoria da Funcef anuncia que contratará uma consultoria para cuidar da questão. Qual é a dificuldade que a Fundação tem de cobrar da Caixa?

POR QUE A PARTE NÃO CONTABILIZADA DO CONTENCIOSO CRESCE TANTO?

Uma parcela do contencioso cresce ainda mais que o passivo contabilizado, uma verdadeira bomba-relógio. O contencioso de perda possível - não contabilizado e com probabilidade de perda avaliada em 50% - mais que dobrou de 2015 a setembro de 2017. Somente no 1º semestre, o aumento foi de 20,4% e o valor já está em R\$ 15,3 bilhões. Em dezembro, o contencioso de perda possível já tinha dado um susto nos participantes da Funcef, quando apresentou alta de 67% em relação a 2015. Esse passivo não contabilizado equivale a quase seis vezes os R\$ 2,6 bilhões já provisionados.

entenda o CONTENCIOSO



O MAIOR FATOR DE DEFICIT NOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

DEFICIT ACUMULADO EM OUTUBRO DE 2017



Total: R\$ 12,1 bilhões | Contecioso: R\$ 2,6 bilhões

As pessoas associam o deficit da Funcef a investimentos desvalorizados, à conjuntura econômica ou a supostas irregularidades na gestão. Mas, o que muitos não sabem é que, isoladamente, o contencioso é o maior fator de deficit. Considerando os resultados de outubro de 2017, o contencioso equivale a 18,6% do deficit no REG/Replan Saldado e 25% no Não Saldado.

Em 2017, o contencioso de R\$ 2,65 bilhões representou 21,9% do deficit.

ESTOQUE DE AÇÕES DIMINUI, MAS PASSIVO SÓ AUMENTA

Entre 2004 e 2011, o estoque do contencioso cresceu mais de 400%, atingindo o ápice de 17,1 mil ações judiciais e um passivo provisionado de R\$ 1,2 bilhão. Desde então, até dezembro de 2016, o número de ações diminuiu 25% e chegou a 12.878 ações, enquanto o valor do provisionamento aumentou 92% e atingiu a marca dos R\$ 2,43 bilhões. Em setembro de 2017, a perda provável ultrapassou R\$ 2,6 bilhões, mas não há informação relativa à quantidade de ações.

ESSA LUTA NÃO É DE HOJE

Ao longo dos últimos 15 anos, o contencioso se mostrou um problema crônico na Funcef e, desse modo, entrou na agenda de discussões dos trabalhadores. Ao longo desse tempo, Caixa e Funcef estiveram cientes da gravidade dessa questão e da urgência de uma solução efetiva, mas sempre negligenciaram o assunto. Os avanços alcançados vieram a partir do esforço empreendido pelos próprios trabalhadores. Confira a trajetória desse debate:

ANOS 90 Empregados da Caixa colocam o Contencioso na pauta do Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef)

1998 Caixa implanta o Complemento Temporário Variável de Ajuste de Mercado (CTVA) sem a inclusão dessa rubrica na base de contribuição à Funcef. Nascia o maior objeto de ações com repercussão previdenciária sobre a Funcef.

2003 Contencioso integrou a negociação do saldamento do REG/Replan. Trabalhadores pleiteavam aporte de recursos da Caixa, mas o banco não

deu continuidade à discussão.

2004 O estoque do contencioso chega a 4,4 mil ações judiciais.

2007 A Funcef já responde por 8,5 mil ações judiciais, quase o dobro em relação a 2004. O valor provisionado chega a R\$ 479 milhões.

2011 Fenae elabora o estudo Passivo Contingencial: origem e responsabilidade. Fórum de Dirigentes de Entidades com Representantes Eleitos da Funcef debateu o contencioso da Fundação.

No Conselho Deliberativo da

CONTRIBUIÇÃO SOBRE O CTVA É DIREITO DO TRABALHADOR

O provisionamento referente a ações judiciais que têm como objeto o Complemento Temporário Variável de Ajuste de Mercado (CTVA) aumentou 1,7% no primeiro semestre de 2017 e já corresponde a R\$ 878,8 milhões ou 36,7% do contencioso nos planos da Funcef. Aproximadamente 1/3 dos empregados da Caixa têm CTVA, e milhares de participantes do Reg/Replan e do REB tiveram seus benefícios reduzidos devido à política salarial da Caixa.

Impedidos de considerar o CTVA no cálculo das contribuições previdenciárias, esses trabalhadores precisam recorrer à Justiça para garantir uma aposentadoria justa, mas são acusados pela Funcef de causar ônus aos demais participantes. Em lugar de reconhecer o direito, a Fundação e a Caixa tentam incitar nos demais empregados um sentimento de reprovação em relação aos que buscam conseguir a revisão de seus benefícios.

O problema só não atinge os cerca de 60 mil participantes do Novo Plano, já que, graças às intensas negociações da representação dos trabalhadores com a Caixa, o regulamento do plano incluiu o CTVA na base de contribuição.

O QUE DEFENDEMOS:

- Que o CTVA seja incluído como verba previdenciária no Reg/Replan e no REB;
- Que a Caixa pague o Contencioso.



Pressionada pela constante cobrança que participantes e entidades têm feito por meio da campanha Contencioso: essa dívida é da Caixa, a Funcef se viu obrigada a romper o silêncio sobre o assunto, porém, com metiras. Com dados distorcidos, a Fundação vem tentando afirmar que "o contencioso previdencial teve impacto pequeno no deficit do REG/Replan". A Fundação também diz que está cortando gastos, mas diz que vai contratar uma auditoria para organizar o trablho que não andou nos últimos anos. Querem ainda rever a forma de contabilização das ações, o que parece mais uma maneira de jogar a poeira para debaixo do tapete. Funcef, cobre o contencioso da Caixa!

FUNCEF PÕE A CULPA NOS PARTICIPANTES

Como estratégia para tentar frear a mobilização dos participantes contra o contencioso, a Funcef vem divulgando pronunciamentos em que coloca a culpa do enorme passivo trabalhista nos trabalhadores que vão à Justiça buscar seus direitos. A Fundação tenta fomentar a ideia de que "a judicialização tem um preço alto para todos os participantes" e que "qualquer ação contra a Funcef tem os custos divididos nas despesas dos planos e interfere no deficit". Na prática, o discurso institucional põe o participante como o responsável pelo problema e isenta a Caixa de sua responsabilidade.

A Caixa precisa pagar o contencioso: participe do abaixo-assinado

Milhares de participantes já aderiram ao abaixo-assinado eletrônico da campanha "Contencioso: essa dívida é da Caixa", que foi lançada pela Fenae em julho para mobilizar a categoria a pressionar para que o banco solucione o passivo trabalhista, maior fator de déficit da Funcef. O documento será entregue à Caixa, e à Funcef.

https://goo.gl/qPmqgv

Acesse e assine agora!

Funcef, os conselheiros eleitos apresentaram voto cobrando da Caixa o ressarcimento integral das despesas decorrentes das ações judiciais provocadas por questões trabalhistas. A reivindicação era para que essas despesas entrassem na Programação Econômico-Financeira (PEF) de 2012, incluídas como receitas a receber da Caixa, registradas na rubrica fontes de custeio - reembolso da patrocinadora. A proposta, no entanto, não foi aprovada graças ao voto de minerva da patrocinadora.

O contencioso da Funcef fechou o ano estimado em R\$ 1,2 bilhão

2012 O estudo foi publicado e a repercussão deu origem a um grupo de trabalho com representantes dos trabalhadores, da Caixa e da Funcef. Desse grupo, resultou a solução para quatro objetos de causas judiciais: auxílio-alimentação, cesta-alimentação, abono e PAMS. Desde então, quando o participante ganha uma causa com um desses objetos e com impacto no benefício, a Caixa aporta os recursos no fundo de pensão. A questão do CTVA, porém, não foi resolvida.

2014 Sem dar explicações, a Funcef extinguiu o grupo de tra-

balho e interrompeu o debate.

2015 Foi pautada para o Conselho Deliberativo da Funcef a proposta de uma ação de regresso contra a Caixa, cobrando a recomposição das reservas consumidas pelo contencioso. Porém, por iniciativa de diretores eleitos e indicados, a ação de regresso contra a Caixa foi retirada de pauta e não voltou a ser apreciada. Neste ano, o provisionamento para o contencioso chegou a R\$ 2 bilhões.

2016 Movimento bancário consegue aprovar, em mesa de negociação com a Caixa,

a criação de outro grupo de trabalho, mas a direção da Funcef ainda não colocou em prática. De acordo com o Balanço Anual de 2016, o contencioso chegou a R\$ 2,4 bilhões.

2017 Fenae cria campanha Contencioso: essa dívida é da Caixa, com o objetivo de mobilizar os trabalhadores e pressionar a patrocinadora pela dívida bilionária. O abaixo-assinado reuniu milhares de assinaturas. Até setembro, passivo trabalhista registrou 2,6 bilhões de provisionamento e 15,3 bilhões de perdas possíveis.

CONTENCIOSO

entenda porque é VOCÊ OUEM PAGA essa conta

Caixa infringe o direito do empregado

perda de função, hora extra, CTVA

O empregado, legitimamente, procura a Justiça

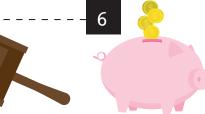
Na fase inicial do processo, a Funcef é citada, mas não é feita a devida identificação da origem dos recursos

Como a questão trabalhista tem impacto previdenciário, a Funcef é envolvida

A Justiça reconhece a infração e o direito do trabalhador



O juiz determina a correção do benefício previdenciário



Como as respectivas contribuições não foram acumuladas ao longo do tempo, a correção do benefício requer aporte para reserva matemática



Para cada R\$ 1 de benefício são necessários, em média, R\$ 200 de reserva matemática



A sentença judicial, no entanto, não especifica a fonte de recursos para correção desse benefício, cuja composição de reserva compete paritariamente ao participante e à patrocinadora

Caixa lava as mãos, embora saiba que tem responsabilidade



A decisão judicial que determina a correção do benefício chega na Funcef A Funcef cumpre a determinação com os recursos dos demais participantes

A Caixa é a patrocinadora, mas **não paga**



A Funcef é a administradora. mas **não cobra**

e quem paga

É VOCÊ!